###### MODELO – PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO sobre sustação de andamento de processo-crime movido contra Deputado Estadual, concluindo por Projeto de Decreto Legislativo

**PARECER Nº , DE**

**DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO SOBRE O PROCESSO RGL Nº ..., DE ...**

O Partido ..., através de seu Presidente Executivo Estadual, encaminhou a esta Casa o Ofício datado de ..., solicitando, com fundamento nos §§ 3º e 4º do artigo 14 da Constituição do Estado, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 12 de março de 2002, a sustação do andamento do Processo-Crime nº..., que (EXEMPLO:) o Sr. ... move contra o(a) Deputado(a) Estadual ... .

Por força do despacho de fls. ..., o Sr. Presidente desta Casa determinou que a presente solicitação fosse, após publicada, remetida a esta Comissão de Constituição, Justiça e Redação para apreciá-la quanto aos aspectos formais e de mérito.

Conforme comunicação dirigida à Presidência desta Casa pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, através de Ofício datado de ..., aquele E. Tribunal recebeu, em ... , por meio do Acórdão nº ..., (EXEMPLO:) a queixa-crime ofertada pelo Sr. ... em face do(a) Deputado(a) Estadual ... .

Cuida-se de queixa-crime movida pelo Sr. ... em face do(a) Deputado(a) Estadual ... por prática do(s) crime(s) definido(s) no(s) artigo(s) ... da Lei nº ..., cometido(s) (explicar o contexto).

Preliminarmente, cumpre observar que a presente solicitação encaminhada pelo Diretório Estadual do Partido atende aos aspectos previstos no § 3º do artigo 14 da Constituição Estadual, com a redação que lhe foi dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 2002, *in verbis*:

“Artigo 14 – (...)

§ 3º - Recebida a denúncia contra Deputado, por crime ocorrido após a diplomação, o Tribunal de Justiça dará ciência à Assembleia Legislativa, que, por iniciativa de partido político nela representado e pelo voto da maioria de seus membros, poderá, até decisão final, sustar o andamento da ação.”

Desta forma, por possuir representação nesta Casa, o Partido atende ao disposto acima, fato que lhe confere legitimidade para solicitar a sustação do processo-crime de que ora se cogita.

Assinale-se, ainda, que, a teor do disposto na norma constitucional retrotranscrita, esta Assembleia Legislativa está autorizada a examinar os fatos delituosos imputados ao(à) Deputado(a) ... , uma vez que ocorreram após a sua diplomação, e, por consequência, encontra-se apta a considerar a conveniência ou não em se sustar a tramitação do respectivo processo-crime.

Após estas considerações preliminares, passamos a examinar o mérito da questão.

No caso em tela ....

Em vista das razões acima expostas, somos favoráveis à sustação do trâmite do processo criminal movido contra o(a) Deputado(a) ..., razão pela qual propomos à apreciação dos nobres pares o seguinte

“**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE**

*Dispõe sobre a sustação de processo criminal movido em face de Deputado, nos termos dos §§ 3º e 4º do artigo 14 da Constituição do Estado.*

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO DECRETA:

**Artigo 1º –** Fica sustado o Processo nº ..., movido por ... em face do(a) Deputado(a) Estadual ..., que tramita perante o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

**Artigo 2º –** Expeça-se ofício ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

**Artigo 3º –** Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.”

Concluindo, somos pela aprovação do projeto de decreto legislativo ora apresentado.

Sala das Comissões, em

**Relator(a)**